

Tensão entre índios e colonos se agrava

Santarém - "Não se pode condicionar a liberação das verbas do projeto de assentamento das 450 famílias à solução da avaliação da Fazenda Flor da Mata". A afirmação é do procurador federal dos Direitos do Cidadão, Wagner Gonçalves, sobre a tensa situação existente entre colonos e índios Kayapós, depois que os primeiros ameaçaram retornar à área indígena, onde anteriormente residiam, diante principalmente do abandono em que se encontram. "Chamaremos o Incra à responsabilidade em caso de conflito. Não se pode paralisar um projeto de assentamento em pleno curso, ainda mais quando envolve a retirada de trabalhadores rurais de terras indígenas", ressaltou o procurador da República em Santarém, Felício Pontes Júnior.

Diante da situação, o Ministério Público Federal solicitou em Brasília, audiência ao ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, na tentativa de agilizar uma solução rápida para evitar o iminente conflito entre índios Kayapós e os colonos.

Desde que foi proposta a ação desapropriatória pelo Incra, este obteve a posse da área, entretanto surgiu uma discussão sobre o valor da indenização. "O processo de desapropriação da referida área em nada interfere no assentamento em curso. O valor indenizatório será devidamente apurado em processo próprio", lembrou Pontes Júnior.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) questionou o alto valor dado administrativamente ao imóvel, que tem área de mais de 11 mil hectares. O MPF solicitou informações ao Incra, ao mesmo tempo em que pediu a realização de nova avaliação, a ser feita por equipe especial. Com a revelação de fraudes em processos de desapropriação no Incra, no Pará, o órgão deverá reavaliar novamente todo o processo da Fazenda Flor da Mata.

O MPF questiona no entanto, que o projeto de assentamento precisa ser implementado com urgência, uma vez que o Incra encontra-se juridicamente, na posse da área, que já foi repassada aos pequenos agricultores assentados. "A situação, portanto, é irreversível, não pode haver condicionamento sobre esta questão", reafirmou Wagner Gonçalves.

Alerta - A probabilidade de um conflito entre índios e colonos na área indígena "Trincheira Bacajá" vem sendo há muito tempo alertada por diversas autoridades da região. Em maio deste ano, a Câmara Municipal de São Félix do Xingu, em ofício enviado ao presidente do Incra, Milton Seligmann, alertava para um impasse na questão do assentamento, assim como mostrava o perigo de uma catástrofe, diante das ameaças dos índios. "Vossa excelência por certo já ouviu falar dos conflitos provocados por índios e brancos em nossa região, e, com certeza, sabe que os silvícolas não ficam só em ameaças, normalmente, e quase sempre vão ao extremo em suas vinganças, não esperando por operação salvadora dos brancos que os representam", diz um trecho do documento, assinado por onze vereadores.

No último dia 20 de outubro, outro ofício, desta vez enviado pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão no Estado do Pará, Ubiratan Cazetta, ao superintendente regional do Incra, no sul do Pará, Vitor Hugo Melo, onde ele expressa sua apreensão em relação aos fatos.

Segundo o documento, a retirada dos trabalhadores da área indígena foi uma operação custosa, difícil e que deve seu sucesso ao trabalho integrado de diversos segmentos da sociedade e da administração pública, entre eles o próprio Incra. No entanto, para que haja inibição da tensão social, é necessário que seja efetivamente adotado o conjunto de medidas inicialmente previstas, que inclui, dentre outras, liberação de créditos à produção, fornecimento de infra-estrutura básica, fornecimento temporário, porém, regular de cestas básicas, que propiciem a manutenção dos assentados, enquanto não formadas novas plantações de subsistência.

A invasão da sede do Incra em Marabá, porém, inviabilizou por 40 dias a efetivação destas medidas e pode até levar a perda completa do restabelecimento em zona de tensão social já apaziguada.

No final o procurador alerta para o surgimento de propostas de ação radicais e desastrosas, tais como a invasão da representação do Incra em São Félix do Xingu ou o retorno dos remanejados à área indígena.